

É difícil tirar lições úteis das melhorias na educação

Não sabemos, com clareza, o que de fato contribuiu para avanços nos poucos Estados que se destacaram

Por João Batista Oliveira

09/04/2025 05h02 · Atualizado há uma hora



Setor resiste a evidências, é ideologizado e marcado por descontinuidade administrativa — Foto: Leo Martins/Agência O Globo

A batalha de Borodino, retratada em “Guerra e Paz”, de Tolstói, simboliza o caos e a imprevisibilidade de decisões em ambientes complexos. Em 1812, russos e franceses se enfrentaram em um confronto marcado por desorganização extrema. Ordens se

perdiam na fumaça, unidades se moviam sem coordenação, soldados lutavam sem saber exatamente o porquê. Foi um turbilhão de sangue, pólvora e ruído. No fim, não houve vencedor - apenas destruição mútua e um avanço francês que logo se mostrou inútil.

A narrativa de Tolstói se aplica aos movimentos da educação brasileira nas últimas décadas. Ouvimos sobre conquistas aqui e ali: "Sobral!", "Teresina!", "Olhem o Espírito Santo!", "Goiás é um sucesso!". Mas o cenário geral é fragmentado e confuso. Há ruído demais, diagnósticos apressados, comemorações prematuras. O que podemos enxergar à medida que abaixa a poeira?

Entre 2007 e 2023, houve avanços nas redes públicas: 31 e 28 pontos a mais em Matemática nas séries iniciais das redes estaduais e municipais, respectivamente. Nas séries finais, o ganho foi de 13 e 11 pontos. As poucas diferenças entre redes estaduais e municipais indicam que fatores fora da escola explicam boa parte da melhoria. No ensino médio, continuamos marcando passo.

Mas o que, de fato, significam esses avanços? Doze pontos equivalem, grosso modo, a um ano de aprendizado. Contudo, há um problema de calibração. O Inep estabelece que a média ideal deveria ser de 275 pontos nas séries iniciais e 350 nas finais. Em 2023, a média está longe disso: apenas 12% dos alunos dominam os conteúdos do 5º ano. Estamos colhendo os frutos mais baixos da árvore. E há muita fumaça nesse terreno de batalha.

Sim, houve melhorias. Mas com causas múltiplas e sobrepostas. A redução brutal da demanda por conta da demografia, o aumento dos recursos por estudante, o maior nível educacional das mães, a extensão dos anos de escolarização, a expansão das creches - todos esses fatores, externos à sala de aula, podem estar associados aos avanços. Mesmo sem mudanças pedagógicas significativas, esses elementos sozinhos poderiam justificar grande parte, senão a totalidade dos avanços comuns a todos.

Ainda assim, importa observar onde houve ganhos significativos, isto é, de 12,5 pontos ou mais acima da média. Esses poucos casos de destaque trazem, no entanto, novas complexidades.

O Ceará é um exemplo inegável. Com ensino totalmente municipalizado nas séries iniciais e finais, partiu de patamares baixos, subiu muito e consistentemente. Hoje está entre os melhores nos anos iniciais e finais. Mas Sobral, inspiração da reforma cearense, está muito acima dos demais municípios do Ceará, enquanto Fortaleza segue muito abaixo, com 22 pontos a menos nas séries iniciais. Se essa fosse uma reforma na área de saúde, por exemplo, essa discrepância seria inaceitável. O panorama é contraditório, até mesmo no Estado considerado o mais bem-sucedido.

Goiás também chama atenção. O ensino é totalmente municipalizado nas séries iniciais e nesse nível teve um aumento expressivo. Nas séries finais também houve aumento expressivo, mas apenas na rede estadual com 70% das matrículas. Nos dois níveis o Estado do Goiás já se encontrava próximo da média em 2007, o que torna mais significativo o resultado. Mas o que explica essa melhora? Há ações do Estado que repercutiram nos municípios? E por que apenas nas séries iniciais? Não há registros de políticas ou intervenções que nos ajudem a compreender os resultados.

Alagoas é outro caso curioso. Com municipalização quase total nas séries iniciais e 80% nas finais, partiu de patamares muito baixos. Mas teve um avanço superior ao de Goiás: 48 pontos nos anos iniciais, 37 nos finais. De novo, sem registros claros de intervenções que permitam replicação ou aprendizado.

No restante do país, o quadro continua dramático. Minas Gerais e o Distrito Federal foram os que menos avançaram nas séries iniciais. No caso do DF e do MS, que estavam acima da média em 2007, houve recuo: suas redes públicas perderam pontos.

Como em Borodino, é difícil tirar lições úteis a partir desses resultados. Não sabemos, com clareza, o que de fato contribuiu para as melhorias nos poucos Estados que se destacaram. Explicações são muitas - e muitas vezes contraditórias. Falar em "boas práticas" é um mantra sem qualquer poder explicativo. É possível que haja algo relacionado a fatores estruturais nos respectivos Estados. É provável que muito dos avanços estejam ligados à implementação de rotinas básicas: presença de professores, frequência dos alunos, algum aprimoramento na gestão escolar. Importante, sim, mas são resultados e explicações limitadas, face ao que sabemos a respeito de reformas educativas que funcionam.

No meio desse tiroteio, há uma certeza: nenhuma evidência sugere que ações do Ministério da Educação tenham causado qualquer impacto. Bilhões de reais gastos, planos mirabolantes, promessas grandiosas - e nada que realmente funcione. Os “Cebolinhas” de plantão continuam apresentando seus planos infalíveis, com resultados cada vez mais invisíveis.

É inegável que há obstáculos profundos à implementação de reformas sérias. O setor educacional resiste a evidências, é ideologizado, fragmentado e marcado por descontinuidade administrativa. Também é inegável que há esforços genuínos de Estados e municípios. ONGs e grupos empresariais atuam com propostas diversas - mas raramente publicam os resultados de suas ações demonstrando relações causais entre ação e resultados.

Diante dos resultados medíocres, cabe uma pergunta incômoda: por que seguimos buscando inspiração em exemplos nebulosos e relatos triunfalistas, em vez de olhar para evidências científicas, práticas bem documentadas e políticas educacionais que funcionaram, em alguns poucos lugares do Brasil, mas, sobretudo, em outros países que partiram de uma situação pior do que a nossa e fizeram grandes avanços? Por que não aplicar a evidência disponível sobre o que efetivamente funciona, ao invés de produzir mortos, feridos e tanta fumaça - como em Borodino?

João Batista Araujo e Oliveira é presidente do Instituto IDados.

[< Mais recente](#)

[Próxima >](#)

Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)